



ACÓRDÃO Nº1836/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11402/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Francisco Rocha da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4.177, Ana Paula de Freitas Lopes - OAB/AM 7.495, Márcia Gilvana Pacheco Peres - OAB/AM 8.646, Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - OAB/AM 8.243, Diogo de Mendonça Melim - OAB/AM 7.306, Maiara Cristina Moral da Silva - OAB/AM 7.738 e Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8.446.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5400/2023-DIM/GPG/FCVM, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Juruá. Exercício de 2015.

Reconhecimento. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "A", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Reconhecer** a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória do Estado, em favor do **Sr. Francisco Rocha da Silva** – Presidente da Câmara Municipal de Juruá, à época, com fulcro no que dispõe o §4º do art. 40 da Constituição do Estado do Amazonas de 1989;
- 10.2. **Dar ciência** ao **Sr. Francisco Rocha da Silva**, pessoalmente e por meio de seus Advogados constituídos, acerca do *decisum* a ser exarado por este Tribunal Pleno;
- 10.3. **Arquivar** o processo, nos termos do art. 162 da Resolução nº 04/02 - RI-TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº1836/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 30ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 29 de Agosto de 2023.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral